



Diretrizes de Governo

**Caderno de Desenvolvimento
Urbano e das Cidades**

O DIREITO DE VIVER MELHOR

NAS CIDADES

O Brasil apresenta um quadro de profundas desigualdades regionais, resultado do processo de desenvolvimento marcado por uma intensa concentração espacial das atividades produtivas no Centro-Sul do país.

Com relação à questão habitacional, temos hoje um déficit de 5,6 milhões de novas moradias e um déficit de habitabilidade - habitações com algum tipo de Inadequação - de mais de 10 milhões de moradias, segundo dados da Fundação João Pinheiro e do próprio governo.

A dificuldade para enfrentar este problema se deve, em grande parte, à concentração do déficit nas faixas de menor renda: 85% do déficit de novas moradias atinge a população com renda Inferior a 5 salários mínimos. Até hoje, nenhum governo construiu uma política habitacional capaz de enfrentar essa situação e dar à população mais carente resposta compatível com a magnitude do problema.

Relativamente ao saneamento, condição essencial para a habitabilidade, dados da PNADIIBGE, de 1995, Indicam que 14% da população urbana, correspondente a 15 milhões de habitantes, não são atendidos com sistemas adequados de abastecimento de água e, destes, cerca de 6 milhões de pessoas sequer têm canalizações Internas em seus imóveis. Na região Nordeste, a mais crítica, 40% dos domicílios não têm água encanada.

Cerca de 35 milhões de pessoas, ou 29% da população urbana, não têm nenhum tipo de esgotamento sanitário. Dos esgotos coletados, cerca de 90% do volume não recebe nenhum tipo de tratamento. Outro dado impressionante, relativo ao esgotamento, é o número de pessoas, em áreas urbanas, que não têm banheiro: nada menos que 5,2 milhões.

Com relação aos resíduos sólidos, 28% da população brasileira não tem lixo coletado em suas portas e, dos resíduos coletados, 72% são lançados a céu aberto, em terrenos baldios, nas nascentes nos rios e nas margens de estradas.

Este quadro da falta de água, aliado à degradação ambiental provocada pelo lançamento de esgotos e detritos de forma descontrolada no meio ambiente, tem provocado a proliferação de vetores transmissores de doenças que, para o seu controle, são despendidos 36% dos gastos com saúde no Brasil. Segundo dados do governo, serão necessários R\$ 42 bilhões para sanar o déficit com saneamento nos próximos 15 anos.

No setor de transportes, o país se ressentido da falta de uma política federal para o setor, que priorize o transporte coletivo e a integração com a política urbana.

Apesar de 80% da população brasileira estar concentrada nas áreas urbanas e dos grandes problemas que atingem nossas cidades, não há uma política governamental que priorize a questão de forma abrangente, interligando-a ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. Os investimentos em habitação, saneamento, transportes ou infra-estrutura urbana desconhecem as diferentes características regionais e urbanas e as demandas sociais, alimentando a irracionalidade, o desequilíbrio ambiental e a baixa eficiência e sustentabilidade das políticas.

A estes problemas se soma uma legislação urbana desatualizada, incompatível com a realidade atual. Baseada na "cidade legal", o arcabouço jurídico da questão urbana mantém regras que funcionam como fortes entraves tanto ao acesso à terra legal, quanto ao processo de produção de moradias.

E os representantes da sociedade - os movimentos organizados, os empresários da construção, as representações nacionais de arquitetos, engenheiros, urbanistas, geógrafos, entre tantos outros, que poderiam ter importante papel no debate sobre os rumos da política urbana, têm sido deixados a margem da construção do projeto de reforma urbana.

Para combater o clientelismo, os desperdícios, a irracionalidade, a cartelização, as concorrências fraudulentas e as práticas de super faturamento nos investimentos para o desenvolvimento urbano é preciso instituir um planejamento democrático, que tenha critérios transparentes de fixação de prioridades e instrumentos efetivos de controle social sobre a execução das políticas e distribuição dos recursos.

A TÍMIDA RESPOSTA DO GOVERNO FEDERAL

O governo FHC continua tratando as ações na área de desenvolvimento urbano de forma setorizada, apesar da criação da Secretaria de Política Urbana. É preciso ressaltar que o governo federal implementou algumas das diretrizes que há muito tempo se reivindicava para o setor, como a prioridade do crédito para o usuário, a diversificação de programas habitacionais e a descentralização parcial da gestão através das instâncias colegiadas estaduais.

Entretanto, há uma série de ações que mostram a falta de comprometimento do governo de FHC com a política urbana ampla e integrada e com a construção democrática de propostas para o setor, tais como:

- fechamento dos canais de participação democrática, extinguindo o Comitê Nacional de Habitação e as Câmaras Setoriais, sob a argumentação da criação do Conselho de Política Urbana, que nunca se concretizou;
- rompimento do compromisso, firmado na Habitat II, de implantar o Plano de Ação com a participação da sociedade, seguindo as deliberações e recomendações firmadas por todos os países que participaram daquela Conferência;

- extinção do Comitê Brasileiro para a Habitat II com participação da sociedade civil, criado unicamente por exigência da agência Habitat da ONU;
- falta de empenho para aprovar o Estatuto da Cidade, que regulamenta os instrumentos para fazer valer a função social da propriedade;
- ênfase nos aspectos econômicos em detrimento dos aspectos sociais, na gestão dos recursos, cujo elemento mais simbólico é a subordinação do agente operador dos recursos do FGTS ao Ministério do Fazenda;
- manutenção de um único agente financeiro, fazendo com que a lógica financeira predomine sobre a lógica da política social, traz como principais problemas: destinação de recursos, preferencialmente, à aquisição de imóveis, ao invés da construção; atendimento a um público com renda mais alta; e adoção de critérios de análise econômico financeira dos agentes do poder público, que impede o acesso aos recursos a uma parcela significativa desses agentes;
- investimento de recursos do Orçamento Geral da União em habitação incompatível com a dimensão do problema. Entre 1995 e 1997, o governo investiu cerca de R\$250 milhões, por ano. Essa quantia é menor do que Investe na área o Chile, país que tem perto de 12 milhões de habitantes (menos de 10% da população brasileira);
- destinação de apenas 24,42% dos recursos do FGTS a famílias com renda de até 5 salários mínimo;
- veto a Lei do Saneamento, aprovada pelo Congresso Nacional e elaborada de forma democrática; com ampla participação da sociedade;
- Imposição da privatização ao setor de saneamento, cortando o financiamento dos estados e municípios que não aceitam este modelo de desenvolvimento. De forma irresponsável ignora-se que o saneamento lida com o monopólio natural, portanto difícil de ser gerido pela ótica da competição; é serviço essencial, indutor de saúde - e sua falta Indutora de doenças; e, finalmente, a gestão privada nada agrega quanto à tecnologia e mesmo à oferta de recursos privados;
- manipulação para forçar a transferência da titularidade de concessão, dos municípios para os governos do estado, com o objetivo de tornar mais atrativo o setor de saneamento à gestão privada nas regiões metropolitanas. A volta à centralização dos serviços de saneamento para os estados é um retrocesso sem explicações na administração pública moderna, baseada na descentralização institucional para garantir qualidade aos serviços;

- falta de uma política voltada ao investimento em transporte coletivo, que agregada às facilidades para o acesso ao automóvel, levou a uma das mais sérias crises de mobilidade nos centros urbanos.
- As ações do governo federal, no âmbito da política urbana, mostram que falta um efetivo compromisso com a *reforma* urbana, que socialize o direito à cidade e que seja construída com a ampla participação da sociedade.

QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES, INCLUSÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Conferência Habitat II, realizada em Istambul, em junho de 1996, que reuniu governos e organizações não governamentais para discutir a questão dos assentamentos humanos, constitui um marco para o desenvolvimento das políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitação.

Destacam-se entre as deliberações e recomendações da Conferência: o reconhecimento do Direito à Moradia como um direito humano a ser assegurado progressivamente pelo Estado e pela sociedade; a opção pela participação popular e pela parceria como meios eficazes e democráticos de gestão das políticas e das cidades; a ampliação do conceito de "moradia" para o conceito de "habitat", entendido como o acesso à terra, aos serviços públicos, a um meio ambiente saudável e o respeito às relações sociais e culturais; e o reconhecimento do poder local como espaço mais adequado para promover transformações que alterem significativamente a qualidade de vida das cidades e de seus habitantes.

É com o compromisso de cumprir estas deliberações que está estruturado o programa de governo da União do Povo - Muda Brasil para a política urbana, que se desdobra nas áreas de política fundiária, legislação urbanística, habitação, saneamento, infra-estrutura e transporte urbano.

A integração da política de desenvolvimento urbano será o instrumento para melhorar a qualidade de vida de 80% da população brasileira. Através de uma política articulada para as cidades, será possível promover a Qualificação do espaço urbano e dos serviços que a cidade oferece: transporte público barato e de qualidade, melhoria nas condições de moradia, meio ambiente equilibrado, oferta de serviços e de equipamentos, preservação da memória das cidades e do patrimônio histórico, garantia de segurança, atendimento de saúde e educação, entre tantos outros.

Veja as diretrizes do governo da União do Povo - Muda Brasil para a política de desenvolvimento urbano e para as cidades:

Criar o Ministério da Cidades, formulando uma estratégia de desenvolvimento urbano que integre as políticas de habitação, saneamento, infra-estrutura e transporte urbano.

- Implementar a política urbana como instrumento de inclusão social, garantindo o acesso à terra, saneamento básico, transporte coletivo, habitação adequada, segurança e serviços urbanos, através de instrumentos de reforma urbana que levem à garantia da função social da propriedade.
- Garantir a participação popular, a transparência e o controle social na gestão da política urbana e na utilização dos recursos.
- Estimular e criar mecanismos para promover a parceria com a sociedade organizada na construção de soluções para a cidade.
- Articular a política urbana com a estratégia de desenvolvimento regional e com as políticas de desenvolvimento econômico e social, definindo critérios claros de distribuição dos recursos, baseados na precariedade das condições urbanas, na carência habitacional e nas diretrizes de desenvolvimento regional.
- Reconhecer a extraordinária capacidade de promover geração de emprego através dos Investimentos nos setores de desenvolvimento urbano, articulando as diretrizes da política de desenvolvimento urbano com a política de geração de emprego e renda.
- Elaborar uma política específica para as regiões metropolitanas, em parceria com os outros níveis de governo e com a participação da sociedade civil, levando em conta a inclusão social a universalização dos serviços de infra-estrutura e saneamento, a sustentabilidade ambiental e a redução dos índices de violência urbana.
- Garantir a sustentabilidade em todas as ações Implementadas pela política urbana, compatibilizando o desenvolvimento com o respeito ao meio ambiente.
- Descentralizar a política nacional de desenvolvimento urbano, dividindo o poder, além de dividir responsabilidade, através da: Indução para criação de Conselhos e Conferências nos níveis estaduais e municipais; e ampliação e diversificação dos agentes intervenientes na política.
- Ampliar as fontes e financiamento da política urbana, implementando uma política socialmente justa que garanta subsídios e prioridade para os setores de baixos rendimentos, e estimular o investimento privado nos setores da habitação, em particular em atividades geradoras de emprego.
- Estimular o desenvolvimento tecnológico e a capacitação profissional na área da habitação, saneamento, infra-estrutura e transporte urbano.
- Garantir amplo leque de programas, contemplando a diversidade regional e as diversas formas de carência habitacional, privilegiando os programas que dirijam o crédito ao usuário.

- Garantir a preservação e recuperação do patrimônio urbano, juntamente com o Ministério da Cultura, articulando a recuperação urbana com o desenvolvimento econômico e social, através de programa de financiamento específico.

1 - Ministério das Cidades

O Ministério das Cidades será o órgão responsável por formular e implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento das Cidades, articulando as ações nas áreas de habitação, saneamento, infra, transporte urbano e legislação urbanística.

O governo da União do Povo - Muda Brasil criará o Fundo Nacional de Política Urbana, com recursos do Orçamento Geral da União e outras fontes permanentes de financiamento - como o FGTS, operado por agente subordinado ao Ministério das Cidades e gerido pelo Conselho Nacional de Política Urbana.

2 - Gestão Democrática

O governo da União do Povo - Muda Brasil tem o compromisso de criar o Conselho Nacional de Política Urbana, com atribuição de aprovar e fiscalizar a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Política Urbana, formado por três Conselhos Setoriais - habitação, saneamento e transporte urbano. O Conselho será composto de forma partidária por representantes do governo federal; representantes dos estados e municípios; representantes do setor produtivo (centrais sindicais e entidades empresariais da construção civil); e representantes dos usuários (movimentos, cooperativas, associações de mutuários, etc.)

Além do Conselho, os outros instrumentos deste sistema de gestão efetivamente democrático, participativo e transparente serão:

- Estabelecimento da Conferência Nacional das Cidades, com a participação de representantes indicados por estados e municípios;
- Estímulo à Implantação das instâncias locais de participação (conselhos e conferências estaduais e municipais), condicionando a liberação de financiamentos à sua constituição;
- Elaboração dos critérios para distribuição dos recursos baseados nos indicadores de precariedade urbana, na carência habitacional e na estratégia de desenvolvimento regional.

3 - O Direito à Cidade

O governo da União do Povo - Muda Brasil implementará ações fundamentais para garantir a melhoria da qualidade de vida nas cidades para a maior parte da população, tais como:

- Programas capazes de garantir universalização dos serviços de saneamento.
- Linhas de financiamento para garantir, progressivamente, acesso à moradia a todos, em parceria com a sociedade.
- Financiamento prioritário aos meios de transporte coletivo, inclusive nos empréstimos externos.
- Programas que visem a redução da violência urbana nos grandes centros urbanos do país.
- Mecanismos para facilitar a regularização fundiária dos assentamentos habitacionais populares ocupados irregularmente e a utilização dos vazios urbanos.
- Programas especiais dirigidos às áreas centrais e portuárias degradadas, garantindo a preservação do patrimônio com desenvolvimento econômico e social.

4 - Fazer a Reforma Urbana

O governo da União do Povo - Muda Brasil sabe que a reforma urbana é o objetivo estratégico da luta por moradia, transporte barato e de qualidade, saúde, escolas, infra-estrutura e equipamentos públicos. Para garantir a função social da propriedade, facilitar o acesso à terra e promover a democratização do espaço urbano, propõe-se:

- Exercer ação política junto ao Congresso para aprovar o Estatuto da Cidade - que regulamenta os instrumentos municipais capazes de penalizar a especulação e baratear o acesso à terra urbana.
- Propor a revisão da Lei de Loteamentos, Lei 6.766, na perspectiva de simplificar o processo de produção de lotes urbanizados, garantindo a qualidade urbana do loteamento e a segurança jurídica da transferência da propriedade.
- Estimular a simplificação da legislação municipal de uso e ocupação do solo.

5 - Mais Recursos, Melhor Aplicados

O objetivo da União do Povo - Muda Brasil é atender ao maior número possível de famílias, privilegiando aquelas que tem rendimentos mais baixos. Por isso, tão importante quanto ampliar o volume de recursos, é direcioná-los para os programas que podem melhorar muito a condição das cidades, com menores gastos. Nesta perspectiva, propõe-se:

- Ampliar e dar melhor aproveitamento aos recursos destinados ao financiamento da política urbana, priorizando setores da população com renda de até 5 salários mínimos.
- Criar fonte permanente de recursos para financiar a política urbana, através do Fundo Nacional de Política Urbana. .
- Alterar critérios de análise de capacidade de pagamento e endividamento de estados, municípios e empresas de habitação e saneamento, de modo a ampliar o acesso do setor público aos recursos existentes.
- Implementar política socialmente justa de pagamento dos serviços de saneamento, transporte e habitação, subsidiando apenas os setores de baixa renda e garantindo a sustentabilidade.
- Utilizar os imóveis e terrenos da União, inclusive os recursos de sua venda, para implementar programas e projetos urbanos de interesse social.
- Utilizar recursos do Fundo Nacional de Emprego e Educação Profissional, articulando a política de geração de empregos com as aplicações na política de desenvolvimento urbano.

6 - Poder para Estados e Municípios

A descentralização da política de desenvolvimento urbano é a única forma de garantir quantidade, adequação à realidade de cada região e controle social. É por isso que o governo União do Povo – Muda Brasil defende a bandeira da descentralização, através de:

- estabelecimentos de convênios com os estados e municípios para implementar, de forma descentralizada, os programas urbanos:
- Desenvolvimento de programas de capacitação dos agentes municipais e estaduais, das empresas de habitação e saneamento, das cooperativas e das ONGs para atuarem na implementação da política urbana e na elaboração de planos diretores e demais programas setoriais.
- Formação de programas que potencializem a participação de ONGs para atuarem na implementação da política urbana e na elaboração de planos diretores e demais programas setoriais.

- Formulação de programas que potencializem a participação de ONGs, cooperativas e movimentos sociais na implementação da política habitacional, através de processos autogestionários e cogestionários.
- Capacitação dos municípios para a gestão dos serviços de saneamento, seja pela execução, propriamente dita, seja mediante o exercício de seu poder concedente.
- Estímulo a descentralização das companhias estaduais de água e esgoto, entendida como administração regionalizada objetivando: distribuição de competências e responsabilidades, agilização administrativa, racionalização de custos e aproximação com a comunidade.

7 – Por uma Cidade Sustentável.

O governo da União do Povo – Muda Brasil terá o compromisso de articular as ações de desenvolvimento urbano com a sustentabilidade ambiental, implementando as seguintes medidas:

- Priorização do investimentos em áreas ou regiões de conflito ambiental decorrentes de ocupação irregular com habitação ou esgotamento inadequado de dejetos
- Incentivo ao uso racional da água e energia, observando a necessidade de diminuir o consumo e adequá-lo à melhoria da qualidade ambiental (reaproveitamento e reciclagem de recursos fontes alternativas de energia, novas estratégias de consumo, etc)
- Incentivo ao uso e ocupação racionais do solo em consonância com a política de desenvolvimento econômico e ambiental.
- Estimulo à utilização de fontes energéticas renováveis e não poluentes para os sistemas de transporte público.
- Criar cadastros de municípios e estados inadimplentes ambientais, condicionado o repasse de recursos à adoção de medidas para a sustentabilidade ambiental.
- Incentivo à recuperação de áreas ambientalmente degradadas, à minimização da geração de resíduos, à reutilização e à reciclagem, com vistas a sua reinserção no processo produtivo.

8 - Investir em Tecnologia

O investimento em desenvolvimento tecnológico, articulado com os diversos setores nos quais se desdobra a política de desenvolvimento urbano, é

estratégico para o governo União do Povo - Muda Brasil, que buscará a democratização do acesso à qualidade, através de:

- Criação de programas de capacitação para assistência técnica, em parceria com estados e municípios, para dar suporte à auto-construção.
- Priorização de ações voltadas para a qualidade em todas as ações promovidas pelo Ministério das Cidades, visando a melhoria do produto e serviço e a redução do desperdício.
- Estimulo à pesquisa sobre novos padrões urbanísticos e arquitetônicos visando a melhoria da qualidade de vida e o embelezamento das cidades e da moradia.
- Assegurar a compatibilização de padrões ou normas dos materiais e componentes para a construção, no âmbito da política industrial para o setor da construção civil.
- Assegurar o desenvolvimento tecnológico na construção civil, visando a redução de custos, incremento da qualidade e economia de energia.
- Estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico do setor da construção civil dirigido à reforma de habitações degradadas ou desocupadas, visando recolocá-las no mercado ou adequar seu uso para a moradia.
- Capacitar estados e municípios para implementar programas de recuperação de áreas degradadas e áreas do patrimônio histórico.

9. Respeito ao Consumidor

Com o objetivo de defender o direito dos usuários dos serviços urbanos, assim como melhorar sua qualidade, o governo da União do Povo - Muda Brasil implementará medidas concretas para:

- Instituir sistemática e critério para renegociar a dívida dos mutuários com o SFH, na perspectiva de solucionar o problema da inadimplência, garantir a permanência das famílias de baixa renda nos imóveis já ocupados e ampliar o retorno dos financiamentos.
- Criar mecanismos de proteção ao adquirente de unidades habitacionais em planta - tais como cooperativas habitacionais, incorporação por preço de custo e assemelhados normalizando e fiscalizando estas atividades imobiliárias.
- Criar mecanismos de proteção ao consumidor dos serviços de saneamento e transporte, tendo como resultado a melhoria permanente da sua qualidade.

- Estimular a melhoria da qualidade dos materiais de construção, particularmente daqueles consumidos pelo setor popular, em parceria com as universidades e com as entidades representativas do setor.

10. Educação e Urbanidade

O governo da União do Povo - Muda Brasil entende que para melhorar a qualidade de vida nas cidades e exercer a cidadania, além dos investimentos e das ações diretas, é necessário:

- Desenvolver campanhas educativas que estimulem a urbanidade no trânsito, no uso dos espaços públicos, na defesa do patrimônio cultural e do meio ambiente.
- Incorporar os temas da urbanidade, educação ambiental, segurança no trânsito e uso dos espaços públicos da cidade no curriculum escolar.
- Apoiar e estimular programas de educação sanitária e ambiental, em parceria com estados, municípios e ONGs, especialmente em projetos da área de desenvolvimento urbano que utilizam recursos articulados pelo governo federal.

11 - Programas Especiais para Áreas Metropolitanas

O governo da União do Povo - Muda Brasil criará um programa especial para regiões metropolitanas para enfrentar, em colaboração com outros poderes, os dramáticos problemas urbanos assim como a elevada concentração de miséria, violência, epidemias e outros males da segregação social e espacial.

E preciso garantir as bases para um desenvolvimento econômico e social integrado e solidário dos municípios que compõe as regiões metropolitanas e outras regiões com altos índices de precariedade urbana. Com este objetivo, propõe-se:

- Criar uma linha de financiamento especial para programas integrados de desenvolvimento para as áreas metropolitanas e para outras áreas com altos índices de precariedade urbana.
- Estimular os projetos que levem à geração de emprego e renda e à construção de infra-estrutura e equipamentos sociais, priorizando-os no acesso aos recursos.
- Estimular o combate à precariedade urbana, à pobreza, ao desemprego e à violência através de ações articuladas com as demais políticas - saúde, educação, geração de emprego e desenvolvimento econômico.

- Incentivar a criação de instâncias de gestão solidária intermunicipal com a parceria do estado e com a participação da sociedade civil.

12 - Direito à Moradia e Crédito Mais Fácil

O governo da União do Povo - Muda Brasil vai elaborar o Plano Nacional de Habitação, com ampla participação da sociedade, levando em conta as diretrizes da política de desenvolvimento urbano. Com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, melhorar as condições de habitabilidade e incentivar a produção de moradia pelo mercado privado, serão Implementadas as seguintes medidas;

- Assegurar, no Plano Nacional de Habitação, linhas de financiamento para os setores populares, que garantam a implementação de uma grande diversidade de programas habitacionais de forma descentralizada e adequada à realidade e à demanda locais. Estas linhas atuarão em três frentes prioritárias:
 - a) Crédito para compra de imóvel, repassado diretamente ao usuário.
 - b) Crédito para produção de unidades habitacionais novas, repassado diretamente ao usuário, ao poder público ou à iniciativa privada, para projetos de: mutirão, lotes urbanizados, vilas agrícolas, cooperativas habitacionais, conjuntos habitacionais construídos por empreiteiras, locação social, microcrédito habitacional para famílias com renda de até 3 salários mínimos.
 - c) Crédito para os programas de melhoria das condições de habitabilidade, repassado diretamente ao usuário ou ao poder público, para as seguintes modalidades: urbanização de favelas, urbanização e revitalização das palafitas e regiões ribeirinhas, revitalização de moradias em áreas centrais e portuárias degradadas, regularização fundiária, compra de material de construção, intervenção em áreas de risco, recuperação de áreas degradadas e combate às enchentes e inundações.
- Priorizar o SFI e o SBPE como instrumentos de financiamento à produção habitacional destinada aos setores de renda média.
- Compatibilizar os diversos instrumentos normativos do financiamento da política habitacional.
- Diversificar e ampliar os agentes financeiros para o setor.
- Adequar os marcos regulatórios e legais do SFH às novas diretrizes e programas.

13 - Universalização dos Serviços de Saneamento

Embora a administração e a operação dos serviços de saneamento sejam de competência dos estados e municípios, o governo da União do Povo - Muda Brasil tem um importante papel de incentivo e financiamento, através das seguintes medidas:

- Elaborar, em conjunto com o Conselho Setorial de Saneamento, o Sistema Nacional de Saneamento.
- Reestruturar o setor, de modo a estimular o desenvolvimento institucional e promover o controle social sobre os prestadores de serviços, municipais e estaduais, visando promover um salto de qualidade no padrão de atendimento, combater o desperdício e melhorar a produtividade e o equilíbrio econômico das empresas do setor.
- Implantar programas, em articulação com o Ministério da Saúde, para o controle de vetores de doenças transmissíveis.
- Criar programa de financiamento e capacitação técnica dos municípios para elaboração e implementação de Planos Diretores de Microdrenagem e de Planos de Controle de Enchentes.
- Desenvolver critérios para priorização de investimentos, apropriação e controle de custos, estudos epidemiológicos, assistência técnica e outros.
- Garantir linha de financiamento para atender a demandas de todas as áreas do saneamento: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza e drenagem urbanas e controle de vetores, e os critérios para priorização dos mesmos devem incluir: relevância sobre o ponto de vista sanitário, epidemiológico e ambiental; eficácia da política tarifária e de destinação de recursos orçamentários no aspecto sócio-econômico; emprego de tecnologias apropriadas; e níveis aceitáveis de eficiência, perdas e desperdícios.
- Condicionar a transferência de recursos federais aos órgãos estaduais, para a realização de obras ou prestação de serviços, à aprovação e participação dos respectivos governos municipais.
- Garantir recursos não onerosos exclusivamente para áreas carentes e especiais, associados a contrapartidas estaduais e municipais.

14 - Por um Transporte Coletivo de Qualidade

Ainda que o setor de transportes seja mais afeto aos níveis municipal e estadual de poder, o governo da União do Povo - Muda Brasil tem o compromisso com a realização de uma política federal para o setor que estimule a ampliação do

atendimento de transporte coletivo, com maior qualidade e com preços acessíveis à maioria da população. Nesse sentido, propõe-se:

- Aprovar a Lei de Diretrizes Nacionais de Transporte, garantindo o fortalecimento dos sistemas regulares de transporte coletivo.
- Adotar medidas visando a redução dos custos de produção dos serviços de transporte coletivo urbano, tais como: redução do preço do combustível e para os operadores, isenção do IPI para ônibus urbanos, etc.

Eliminar as restrições ao financiamento às empresas públicas operadoras, dentro das mesmas condições exigidas para o setor privado.

- Condicionar a liberação de recursos para o setor privado apenas para empresas que estejam com as suas concessões de exploração dos serviços regularizadas.
- Estimular o desenvolvimento de veículos mais adequados à realidade do País, com mais qualidade e conforto para os usuários e operadores, particularmente o transporte coletivo.
- Exigir, para liberação de financiamentos de projetos, o seu enquadramento em Planos Diretores de Trânsito e Transporte sustentáveis e voltados para a redução das necessidades de viagens motorizadas.
- Desenvolver e implantar programas de financiamento de sistemas estruturais de alta e média capacidade de transporte coletivo urbano.

15 - O Resgate do Patrimônio para a Cidadania

A política de desenvolvimento urbano do governo da União do Povo - Muda Brasil dará especial destaque ao resgate e a preservação do patrimônio histórico, em articulação direta com a política do Ministério da Cultura.

O resgate do patrimônio para a cidadania deve compatibilizar a revitalização de áreas do patrimônio com a criação de empregos e renda, com a manutenção da população residente, com o desenvolvimento de atividades turísticas e com uma série de programas que garantam a vitalidade econômica e social destas áreas. Com este objetivo, propõe-se:

- Instituir linhas de financiamento para preservação do patrimônio, condicionada à elaboração de políticas de desenvolvimento urbano, econômico e social.
- Estimular os estados e municípios a implementarem programas de isenção fiscal para as Iniciativas do setor privado na preservação do patrimônio.

- Incrementar a utilização da lei de incentivo cultural para a preservação do patrimônio.

As metas do governo União do Povo - Muda Brasil

- Criar o Ministério das Cidades.
- Realizar, no primeiro ano de governo, a Conferência Nacional das Cidades, precedida de conferências estaduais e municipais, tendo como principal consequência: a implantação do Conselho Nacional de Política Urbana; a aprovação das diretrizes de política urbana; e aprovação da agenda do governo e da sociedade para a área.
- Criar o Fundo Nacional de Política Urbana, no primeiro ano de governo.
- Implantar a política de financiamento e subsídio, no primeiro ano de governo.
- Implantar o programa nacional de desenvolvimento institucional da área de política urbana para os agentes Intervenientes na política governamentais e não-governamentais - nas três Instâncias (União, estados e municípios).
- Realizar as Conferências Nacionais de Saneamento, Habitação e Transportes, precedidas de conferências estaduais e municipais, tendo como principal consequência a implantação dos Conselhos Setoriais de Habitação, Saneamento e Transporte, no primeiro ano de governo.
- Financiar a construção de 1 milhão de novas moradias destinadas às famílias de baixa renda, de forma compatível com a capacidade de pagamento.
- Garantir a melhoria das condições de vida de cerca de 2 milhões de famílias, através dos programas de urbanização de favelas, regularização fundiária, reforma de imóveis, intervenção em área de risco, recuperação de áreas degradadas e combate às enchentes e inundações.
- Viabilizar a produção de 500 mil novas moradias para setores de renda média, utilizando outras fontes de recursos, como o SBPE e o SFI, através da ação conjunta do poder público e da iniciativa privada, possibilitando a geração de milhares de novos empregos e salários.
- Garantir o atendimento de água a 100% da população urbana e 60% da população rural.
- Garantir o atendimento de esgotamento sanitário a 70% da população urbana com coleta, sendo 35% também com tratamento, e a 30% da

população rural com solução adequada de esgotamento sanitário e tratamento.

- Garantir o atendimento de coleta de lixo em 90% das residências urbanas.
- Alcançar, ao longo de 4 anos de governo, o investimento de R\$ 2 bilhões ao ano em sistemas de alta e média capacidade de caráter urbano (metrô, trens metropolitanos, veículos leves sobre trilhos ou pneus, corredores exclusivos de ônibus articulados, transporte hidroviário urbano, etc.)
- Reduzir em 30% o índice nacional de mortes por acidentes de trânsito, através do Programa Nacional de Plano Trânsito, em parceria com os estados e municípios.
- Melhorar os indicadores urbanos e ambientais nas áreas metropolitanas e especiais, através de programas integrados.